SAFRA DE VERÃO

Arroz — longe da auto-suficiência

A safra deverá encolher 5% em relação à de 1996. O acentuado déficit na relação produção/consumo poderá ajudar na sustentação dos preços ao produtor, embora medidas de proteção se façam necessárias. As importações seguem elevadas.

Na maior parte das regiões produtoras do país, a colheita começará a partir do dia 15 de março, tanto para o arroz irrigado quanto para o arroz de sequeiro.

No fim de fevereiro, em algumas localidades como a importante fronteira oeste gaúcha, a colheita já havia se iniciado e, embora os preços nessas regiões estivessem na ocasião acima do preço mínimo, sofreram sensível queda tão logo se iniciou a safra, o que chamou a atenção dos analistas como prenúncio do que pode vir a ocorrer em todas as regiões produtoras durante a delicada fase de colheita/comercialização.

Para o governo, a situação nos últimos meses foi bastante cômoda, na medida em que os preços no nível do produtor reagiam e essa variação não era transmitida na mesma proporção para o varejo. Ao contrário, os preços no varejo se mantiveram estáveis, colaborando para o sucesso da política antiinflacionária, tendo em vista o peso dos preços de produtos básicos ao consumidor na composição dos vários índices que medem a inflação no país. Os leilões do governo revelaram-se eficazes: foram feitos de forma gradual e atingiram seu objetivo final. Não deprimiram preços ao produtor e impediram uma suave tendência de alta no varejo. Por conta disso, é bem possível que estes estoques "gastos" venham a ser repostos, o que em si já beneficia o produtor. Segundo a Fipe, nos últimos cinco meses o governo leiloou cerca de 670 mil toneladas do produto (irrigado e sequeiro).

De olho nas ações do governo

Em março se intensifica a colheita do arroz irrigado na região Sul e as atenções dos produtores rurais se voltam para o governo, na expectativa de que sejam anunciadas medidas de sustentação do mercado. Os produtores rurais temem que, com a entrada da safra, os preços caiam abaixo do limite do preço mínimo de R$10,53 estipulado para a atual temporada.

Até agora, a única medida concreta para amparar a comercialização nesta fase inicial de safra foi o encerramento no final de fevereiro dos leilões governamentais. Por enquanto, o governo não confirma o uso do contrato de opção para o arroz, que somente deverá ser implantado no ano que vem, mantendo a intenção governamental, nesta safra, de lançar mão desse instrumento apenas para amparar o milho. (Dada a estabilidade de sua oferta anual, o arroz irrigado já deveria ter aperfeiçoado mecanismos mais modernos de comercialização. Para maior esclarecimento com relação aos contratos de opção, veja o artigo sobre milho na pág. 29.)

Os produtores rurais estão apreensivos e atentos às medidas do governo, que julgam fundamentais para evitar a queda dos preços. A Conab, no entanto, prevê que poderão se repetir este ano as compras do governo via Irga, bem-sucedidas no ano passado, cabendo a cada produtor rural uma quota de cerca de 2 mil sacas.

A cinco dias da data oficial da abertura da colheita gaúcha, em 15 de março, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura também confirmou a intenção de implantar o sistema de compras governamentais via Irga, cotadas pelo preço mínimo sem direito à recompra.

O governo tenciona, além disso, liberar recursos para EGF-cov (empréstimos do governo federal sem opção de venda), no total de R$200 milhões, para os orizicultores gaúchos. Com alto grau de articulação e algum poder de pressão, estes estão otimistas com as medidas governamentais.

Brasil é o grande comprador no Mercosul

Os últimos levantamentos de campo feitos pela Conab indicam que o quadro de produção e demanda para o arroz deverá permanecer deficitário em 1997, o que exigirá elevadas importações este ano.

A produção deverá encolher 5% em relação a 1996, totalizando 9,54 milhões de toneladas, o pior desempenho nestes anos 90, de acordo com a Conab. As importações deverão atingir até 1,5 milhão de toneladas. Segundo a Fearroz, Argentina e Uruguai poderão disponibilizar para o Brasil na temporada atual cerca de 1,2 milhão de toneladas.

Arroz — dados relativos a Argentina e Uruguai

Item	Argentina	Uruguai	Total
Estoque inicial	20	15	35
Produção	1.085	950	2.035
Suprimento	1.105	965	2.070
Consumo interno	390	95	485
Excedente	715	870	1.585

Fonte: *Agromercados.*

Brasil — arroz em casca — quadro de suprimento
Em mil t

Ano/safra	Qtde. inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedentes	Exportação	Est. passagem
1990/91	2.147,30	9.996,80	1.296,60	13.440,70	11.220,00	2.220,70	2,1	2.218,60
1991/92	2.218,60	10.102,80	732,3	13.053,70	11.332,20	1.721,50	5,1	1.716,40
1992/93	1.706,40	9.902,80	880,9	12.500,10	11.445,50	1.054,60	5,7	1.048,90
1993/94	1.048,90	10.522,80	1.565,50	13.137,20	11.560,00	1.577,20	3,9	1.573,30
1994/95	1.573,30	11.237,30	978,6	13.789,20	11.617,80	2.171,40	34,7	2.136,70
1995/96	2.136,70	10.042,30	1.100,00	13.279,00	11.675,90	1.603,10	5,0	1.598,10
1996/97	1.598,10	9.547,20	1.500,00	12.645,30	11.734,30	911,00	5,0	906,00

Fonte: Conab.

Produção gaúcha é a menor dos últimos cinco anos

De acordo com o Irga, a área plantada no Rio Grande do Sul deverá sofrer uma redução apenas discreta (3,2% inferior à safra 1995/96).

A produção gaúcha, responsável em 1996 por 42% da produção nacional, deverá, segundo o IBGE, ser a menor dos últimos cinco anos, atingindo cerca de 4,1 milhões de toneladas. O IBGE considerou que a dificuldade de obtenção dos recursos financeiros destinados ao custeio, o endividamento dos produtores, os preços não compensadores e os problemas de ordem climática contribuíram para o decréscimo.

Na região Centro-Oeste a produção também deverá decrescer significativamente, cerca de 23% abaixo do nível de 1996. Tanto a queda de produtividade quanto a queda na área de plantio explicam o comportamento negativo da produção nesses estados. Mato Grosso, importante estado produtor, foi o que apresentou maior redução de produção, com uma queda de 26,5% em relação a 1996.

Endividamento: uma questão mal resolvida

Os números divulgados pelo Banco do Brasil no Rio Grande do Sul mostram que a questão do endividamento ainda está pesando, e muito, sobre o setor orizícola. Do total da dívida agrícola do Rio Grande do Sul, cerca de R$4 bilhões, mais de R$2,3 bilhões, ou seja, mais da metade, ainda estão inadimplentes. Essas dívidas não foram, portanto, securitizadas (não eram securitizáveis porque ultrapassavam o limite de R$200 mil/produtor ou porque foram a juízo e estão aguardando solução). A dívida do estado está distribuída entre o arroz, soja, milho e trigo, sendo o arroz o maior problema. Do total de R$2,3 bilhões, R$1bilhão correspondem ao arroz, com uma dívida *per capita* bem elevada, detida por apenas 700 produtores.

A securitização, por sua vez, foi feita com base na equivalência-produto, ou seja, as dívidas foram convertidas em peso do produto agrícola, segundo o preço mínimo vigente na ocasião da conversão.

Arroz — securitização no Rio Grande do Sul
Em toneladas, por produto

Produto	Peso em toneladas
Arroz	2.755.457
Milho	3.699.016
Soja	3.190.425
Trigo	121.658

Fonte: Banco do Brasil.

Para calcular o montante securitizado por produto, basta multiplicar a quantidade pelo preço mínimo à época da conversão. As dívidas securitizadas foram recalculadas (para retirada de encargos, alongadas para um prazo de 10 anos e indexadas pela equivalência-produto). Note-se que a securitização do arroz atingiu menos produtores que a do milho, um produto conduzido basicamente por pequenos produtores rurais no Rio Grande do Sul. Vale lembrar que as dívidas securitizadas têm um limite de R$200 mil/produtor. O pequeno número de grandes arrozeiros que acumulam um grande endividamento terá de resolver a pendência mais cedo ou mais tarde.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE